

ROCHE (Jean). — *La colonisation allemande et le Rio Grande do Sul*. Paris. Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine. 1959. 698 págs., e mais 14 págs. de fotografias.

Este alentado volume nos oferece, segundo o prefaciador M. René Poirier, “une image vivante, complète, profonde de la colonisation allemande au Rio Grande”.

O autor, que por longos anos foi professor na Universidade do Rio Grande do Sul, nos apresenta um estudo realmente exaustivo da colonização alemã no estado sulino. Todos os brasileiros que sabem valorizar a contribuição do braço e da inteligência européia ao desenvolvimento da nacionalidade, se podem congratular com um estudo tão objetivo dos problemas da integração e dos frutos da colaboração dos imigrantes alemães na terra gaúcha.

O livro contém um Prefácio (por R. Poirier), uma Introdução (pelo autor) e dez capítulos. No cap. I é descrita a história e a geografia do “Continente de São Pedro”; no cap. II é apresentada a “colonização dirigida” dos alemães no Rio Grande: o governo imperial cria e dirige a imigração, e o governo provincial a organiza e lhe dá o estatuto; depois da proclamação da República o governo do estado lhe confere um novo estatuto e cria um novo élan. O cap. III fala do “vigoroso exército” que constitui o elemento germânico: constituindo unidades geográficas e humanas, os colonos alemães do Rio Grande apresentam grande originalidade e caracteres bem distintivos, tanto nas casas, como nas aldeias e nas pequenas cidades.

No cap. IV é descrita a agricultura dos colonos na sua diversificação e evolução. O cap. V contém a descrição e apreciação de uma característica típica da colonização alemã: o “enxameamento dos pioneiros”: as amplas migrações para regiões novas, primeiro no Rio Grande, depois fora dele (Oeste catarinense e Sudoeste paranaense), fizeram com que a influência dos colonos se estendesse muito além dos limites originalmente planejados. Nos caps. VI e VII se descreve a vocação comercial e o surto industrial dos colonizadores alemães.

A parte mais interessante do livro é constituída pelos três capítulos finais: “a nova sociedade”, “um outro modo de vida e pensamento”, “em direção a uma sociedade original”. Aí os colonos alemães são descritos em sua organização econômica, social, moral, espiritual (religiosa), cívica e política. Realmente um quadro apaixonante para acompanhar os vaivéns de uma transplantação humana!

HELMUTH ALFREDO SIMON

*

* *

SANTOS (Fernando Piteira). — *Geografia e economia da revolução de 1820*. Edições Europa-América. Lisboa. 1962. 185 pp., com gráficos.

Tem aumentado consideravelmente, nos últimos anos, o número de obras que tratam do século XIX. Cada vez mais têm os historiadores buscado na compreensão dessa época, elucidações para os problemas atuais. O livro de Piteira Santos está dentro desta linha. E' difícil entender como até agora tem permanecido quase desconhecido dos nossos meios ligados à História, principal-

mente por tratar de um tema de grande interesse para o entendimento do nosso processo de emancipação política.

O assunto de que trata o livro em questão não é virgem: em 1944, Julião Soares de Azevedo publicava a sua tese *Condições econômicas da revolução portuguesa de 1820*. O que não significa que não sejam novas as pesquisas e as contribuições de Piteira Santos.

O título que, como o próprio Autor indica no prefácio, foi sugerido pela *Geografia e Economia da Restauração* de Jaime Cortesão, evidencia as intenções de Piteira Santos: compreender os 'motores' da Revolução de 1820 através de um estudo de geografia eleitoral, que para êle é um instrumento de "hipóteses relativas à coincidência, ou discordância, entre as paisagens geográficas, o tipo de ocupação do solo, o regime das relações de produção e o comportamento político do homem que nestas regiões vive e exerce a sua atividade" (pág. 68) e da conjuntura econômica de Portugal do início do século XIX.

O trabalho de Piteira Santos no que se refere a seu estudo de geografia eleitoral é uma contribuição inédita à historiografia de língua portuguesa. O próprio Autor, num artigo da revista *Seara Nova* (maio de 1959 — nº 1363), faz um pequeno histórico do desenvolvimento deste campo de pesquisa que foi aberto, em 1913, com a obra de André Siegfried *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la 3ème République* e seguido por Goguel *Géographie des élections françaises*. Trata-se de um estudo que requer muitas pesquisas e estatísticas, mas, que pode ser perfeitamente compensador na medida em que permite verificar as relações entre economia e comportamento eleitoral, embora implique também, numa acentuada discrição quanto às conclusões, que de outra maneira soariam forçadas e generalizadoras em excesso. Não é o que acontece com Piteira Santos sempre comedido e cuidadoso na interpretação dos dados: "E' sedutora a hipótese de estabelecer nexos causais; todavia, o inquérito só nos permite observações de fato, indicações descritivas e prévias, o *como* e não o *porquê* dos sucessos que analisamos" (pág. 97).

Piteira Santos pensa a Revolução à luz dos interesses comerciais da burguesia e chega à conclusão de que ela é "a luta pela liberdade econômica, pelo poder político, pela formação social da classe burguesa" (pág. 38). A burguesia portuguesa mantinha nesta época um caráter predominantemente comercial, mas não deixam de influir os elementos ligados a uma indústria manufatureira da região de que Pôrto era o centro, que vêm diminuídas suas possibilidades de penetração no mercado colonial, com as facilidades que D. João VI concedera (ou fôra obrigado a conceder) aos ingleses. Desta maneira, embora ainda desconhecendo o fenômeno industrialização, são também os interesses industriais que levarão os burgueses à revolução. Daí haver se iniciado no Pôrto o movimento: unidos os interesses comerciais e manufatureiros.

A visão do Autor não se limita aos aspectos internos do Portugal que a revolução revela. Mas a vê como etapa de um processo mais longo, mais estrutural (e neste momento cita, esclarecedoramente, Fernand Braudel) das transformações sociais. Para êle, " '1820' e '1834', a 'Revolução de Setembro' e a 'reação cartista' são momentos antagônicos e complementares, posições de diametral afastamento de um movimento pendular — constitucionalismo *versus* cartismo — duradouro ritmo que domina e perturba mais de 100 anos de vida nacional" (pág. 31). E continua: "debate entre Liberdade e Autoridade que se prolonga pelos anos noventa e que não está encerrado", demonstrando uma preocupação pelos aspectos das discussões

da época que continuam vivos até o momento. E' o intelectual atuante que se deixa transparecer a cada passo: "A objetividade do historiador tem seus próprios limites históricos". E' desse ponto de partida que Piteira Santos examina as análises de Oliveira Martins e Herculano, vendo neles não os historiadores, mas, respectivamente, o homem que "abraçara a idéia de uma política reformadora por intervenção autoritária", e o "cartista".

Piteira Santos atribui grande importância política à revolução na medida em que foi tomada de posição pela classe mais ativa, não conservadora, o que levou a um reexame das instituições do Portugal do início do século XIX (onde ainda subsistiam as "feudalidades"), com a simplificação das leis e a abolição de privilégios. Mas até que ponto era não conservadora esta classe? O Autor deixa de ressaltar o paradoxo do 'liberalismo' dessa burguesia que faz a revolução com os planos de recolonização do Brasil. O problema, Piteira Santos resolve, explicando-o, em termos dos interesses burgueses ameaçados pelos constantes deficits da balança comercial portuguesa em relação às transações com a ex-colônia. Mas, Piteira Santos não dá a importância devida ao problema colonial que era o problema dominante. Esse momento histórico que o Autor reconhece como crucial, gira em torno do colonialismo em crise. E' então que a primeira forma do imperialismo europeu conhece uma aceleração do processo de desintegração. E não se pode pensar revolução de 1820 em Portugal sem enfocar — e com lentes poderosas — as questões ligadas à emancipação das antigas colônias ibéricas.

Antes de aparecer na forma de livro, muitas passagens do presente trabalho já haviam sido publicadas na *Revista de Economia* e na *Seara Nova* com o título de *Fichas histórico-sociológicas*. O livro de Piteira Santos vai se ressentir um tanto dessa superposição de artigos unidos pela identidade do tema, identidade nem sempre observada na evolução do pensamento lógico.

A Introdução evidencia grande capacidade de síntese do Autor, ao captar, com muita felicidade, alguns dos elementos mais explicativos do processo de transformação do século XIX, e, uma rara preocupação em definir com exatidão os conceitos (como "Classe", "Capitalismo", "feudal"), quase sempre tranquilamente negligenciados pela historiografia tradicional.

NILZA BRANCO

*

* *

MAITRON (Jean). — *Ravachol et les anarchistes*. Collection Archives, ed. Julliard Paris, 1964, 216 pp., com ilustrações.

A presente obra de Jean Maitron vem completar sua tese de doutoramento sobre *Le mouvement anarquiste em France* (Sudel, 2a. ed., 1955) que é um dos livros básicos para o estudo do anarquismo na França. O autor dirige também a publicação de um *Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier français* (Ed. Ouvrières, t. 1, 1964).

Em *Ravachol et les anarchistes*, Maitron não pretende, como éle próprio afirma na apresentação do livro, fazer uma exposição contínua do movimento anarquista na França. Trata-se, pelo contrário, da divulgação de documentos, em sua